PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Estado do Paraná

PROMOÇÃO POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
(Decreto nº 306/2016)

TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA
FUNÇÃO PLEITEADA: TGPC05 – Assistência em Análise e Controle de Processos e Procedimentos Jurídicos

INSTRUÇÕES AO SERVIDOR (TESTE OBJETIVO)

1º Assim que receber o gabarito (com cuidado para não o rasgar) confira seus dados impressos e assine no local apropriado. Havendo dúvidas, solicite orientação ao fiscal de sala.

2º Verifique se o caderno de testes que você recebeu está de acordo com a função a que pretende concorrer.

3º Responda todas as questões primeiramente no caderno de testes (existe apenas uma alternativa correta) e, depois, com calma, transcreva ao gabarito (reserve dez minutos para isso). Não haverá substituição de gabarito e as questões que apresentarem rasuras, não estiverem assinaladas ou com mais de uma alternativa assinalada serão consideradas nulas.

4º O tempo mínimo de permanência do servidor em sala será de 30 minutos e a duração do teste objetivo não excederá a 03 horas.

5º Ao terminar de responder as questões no gabarito: permaneça sentado; chame o fiscal de sala e aguarde, ele vai conferir seus dados e sua assinatura e, estando tudo correto, ele recolherá seu gabarito e autorizará sua saída do recinto, sem o caderno de prova.

6º Após a saída da sala, não será permitida sua permanência nos corredores ou pátio ou o acesso a outras salas ou aos banheiros.

Solicitamos sua compreensão e colaboração.

BOA PROVA!!!

Servidor:	
Matrícula	**Função Pleiteada:**

1-	**2-**	**3-**	**4-**	**5-**	**6-**	**7-**
8-	**9-**	**10-**	**11-**	**12-**	**13-**	**14-**
15-	**16-**	**17-**	**18-**	**19-**	**20-**	**21-**
22-	**23-**	**24-**	**25-**			

1) A retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, reajustado periodicamente de modo a preservar o seu valor aquisitivo denomina-se:

a) adicional.
b) parcelas indenizatórias.
c) gratificação.
d) remuneração.
e) vencimento.

2) Reabilitação funcional é o conjunto de medidas que visa ao aproveitamento do potencial laborativo residual do servidor efetivo portador de restrições de saúde (física, mental e sensorial), em atividades laborativas compatíveis com as mesmas, e se dará por:

a) licença para tratamento da própria saúde.
b) readequação ou readaptação funcional.
c) oferta de cursos de capacitação e aperfeiçoamento.
d) realização de sessões de fisioterapia e psicoterapia.
e) avaliação da vida funcional do servidor acompanhada de testes compatíveis com a função.

3) A insubordinação grave em serviço é passível de:

a) pena de advertência.
b) pena de repreensão.
c) pena de demissão.
d) suspensão da remuneração, por até 15 dias.
e) suspensão da remuneração, por até 30 dias.

Seguem 6 questões (4 A 9) sobre o processo de Execução Fiscal, de acordo com a Lei 6830/1980:

4) Durante o processo, não encontrados bens penhoráveis, a consequência será:

a) declaração de revelia do executado.
b) arquivamento do processo.
c) suspensão do processo por um ano.
d) solicitar penhora on-line que ficará pendente até encontrar saldo em conta.
e) renovação da intimação.

5) Regularmente citado por oficial de justiça, o executado não comparece no processo. No caso:

a) será renovada a citação via epistolar, com AR.
b) poderá embargar a qualquer tempo, com a contratação de advogado.
c) o processo será arquivado.
d) será considerado revel, sem receber mais intimações.
e) será considerado revel, sendo-lhe nomeado curador especial.

6) Nos termos do artigo 26, desta lei, se cancelada a CDA:

a) a execução será extinta sem ônus para as partes.
b) será renovado o lançamento.
c) a execução será extinta sem ônus para o executado.
d) será declarada a decadência.
e) a execução será extinta sem ônus para a Fazenda Pública.

7) Em um processo de execução fiscal, a Fazenda Pública:

a) não pode adjudicar bens penhorados do executado, por que se aplica a Lei 8666/93.
b) só poderá adjudicar se o executado concordar.
c) nunca poderá adjudicar, em razão do interesse público.
d) só poderá adjudicar após o leilão, se não houver remissão.
e) poderá adjudicar antes do leilão pelo preço da avaliação se não houver embargos ou forem rejeitados.

8) Sobre o concurso de preferência:

a) não há preferência sobre a Fazenda Pública.
b) a Fazenda Pública sofre preferência entre a esfera federal, estadual e municipal, bem como por créditos trabalhistas.
c) a Fazenda Pública apenas concorre com créditos trabalhistas.
d) a Fazenda Pública apenas concorre com créditos tributários.

e) as autarquias não concorrem com as Fazendas Públicas.

9) A penhora descrita no art. 11:

a) estabelece ordem que pode ser alterada por conveniência da Fazenda Pública.
b) estabelece ordem que não pode ser alterada, sob pena de causar nulidade no processo.
c) e apenas exemplificativa.
d) não pode ser usada para garantir a execução.
e) foi revogada pela fiança bancária.

10) Na execução fiscal de uma pessoa jurídica:

a) todos os sócios deverão ser citados.
b) os sócios nunca serão citados.
c) apenas os sócios gerentes serão citados.
d) os sócios só serão citados se a pessoa jurídica for uma S.A.
e) apenas o sócio representante da pessoa jurídica será citado, caso a devedora principal não seja encontrada.

11) O Município de Londrina:

a) poderá conceder isenções tributárias anuais, apenas se autorizado pela Câmara de vereadores, anualmente.
b) nunca poderá conceder isenções.
c) poderá conceder imunidade, apenas se autorizado pela Câmara de Vereadores, anualmente.
d) poderá conceder isenções, anistia, remissão de dívidas e imunidades.
e) poderá conceder isenções, anistia, e remissão de dívidas.

12) A obrigação tributária é:

a) de duas formas, principal e acessória.
b) apenas o pagamento de impostos.
c) pagamento de impostos e taxas.
d) apenas o pagamento de tributos.
e) pagamento de impostos federais, estaduais e municipais.

13) Entende-se por lançamento:

a) o envio da notificação para pagamento do tributo.
b) a identificação do devedor.
c) um conjunto de procedimentos que identificam o devedor e o notificam para pagar.
d) um conjunto de procedimentos que constituem o crédito, verificam a ocorrência do fato gerador, determinam a matéria tributável, e calculam o montante do tributo devido.
e) apenas o cálculo do tributo devido.

14) A competência tributária municipal, compreende como impostos:

a) IPTU, ICMS, ISS, e IOF.
b) IPTU, ITR, ISS, e IOF.
c) IPTU, IR, ISS, e ITBI.
d) IPTU, ICMS, ITR, IR, ISS e IOF.
e) IPTU, ISS, e ITBI.

15) Quem Representa a Fazenda Pública Municipal em juízo?

a) A Câmara de Vereadores.
b) O Prefeito ou procurador.
c) Os Secretários Municipais.
d) O Governador do Estado que é superior ao Prefeito.
e) O presidente da República.

16) Após citado regularmente o contribuinte executado pelo Município tem qual prazo para interpor embargos:

a) 24 horas.
b) 3 dias.
c) 30 dias.
d) 15 dias.
e) 5 dias.

17) Qual o significado da CDA no processo de execução fiscal?

a) Certidão de Inteiro Teor.
b) Certidão Negativa.
c) Certidão Positiva.
d) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.
e) Certidão de Dívida Ativa.

18) Sobre o princípio da publicidade na administração pública:

a) os atos jurídicos praticados devem passar por uma agência de publicidade.
b) somente um servidor público formado em publicidade pode editar esses atos.
c) os princípios da administração pública expressos na Constituição denotam a necessidade de transparência dos atos de gestão pública.
d) não é necessária a publicidade dos atos, cabendo ao prefeito autorizá-los.
e) nenhuma das anteriores.

19) Sobre o princípio da eficiência na administração pública:

a) o princípio da eficiência é o que se impõe a todo o agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento profissional. É o mais moderno princípio da função administrativa.
b) não se aplica no serviço público.
c) não é previsto na Constituição Federal.
d) o prefeito não é obrigado a seguir referido princípio.
e) nenhuma das anteriores.

20) O Município ingressa com uma execução fiscal em face de pessoa falecida há mais de 40 anos. O processo tramita regularmente, até que o MM Juiz extingue o processo aplicando a Súmula 392 do Superior Tribunal e Justiça, a qual veda a troca de CDA no curso do processo em razão de erro quanto a pessoa do executado, que no caso em tela não foi citado, pois estava morto quando foi proposta a ação. Pergunta-se:

a) o Município pode lançar novamente a mesma execução em face dos herdeiros.
b) o Município somente pode lançar a dívida novamente se esta estiver dentro do prazo legal para cobrança, isto é, 05 anos.
c) no caso em tela ocorreu chamada prescrição intercorrente.
d) não existe prescrição em razão do imóvel responder pela dívida.
e) nenhuma das anteriores

21) A figura da obrigação de reparar o prejuízo causado a outrem é construída a partir da lei civil, elencada nos artigos 186 e 927 do Código Civil. Nesse contesto o Município também é chamado a reparar os danos. Qual tipo de dano pode ser reparado pelo Município?

a) Em termos de responsabilidade civil do Estado, o entendimento dominante nas Cortes Máximas é que os danos indenizáveis são o material (patrimonial), o moral e o estético.
b) Somente o Dano Material.
c) Somente o Dano Moral.
d) O Município não é obrigado a reparar o dano.
e) O Município não repara danos estéticos.

22) Em relação aos prazos processuais para a Fazenda Pública:

a) o art. 183 da Lei nº 13.105/2015 (Novo CPC) estabelece que a Fazenda Pública goza de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais e que a contagem dos prazos terá início a partir da intimação pessoal de seus representantes legais, sendo possível que esta intimação ocorra por remessa dos autos, carga destes ou através de intimação por meio eletrônico (art. 183, § 1º).
b) prazo em quadruplo para contestar.
c) com o novo CPC acabou a diferença de prazos.
d) prazo em dobro para recorrer.
e) nenhuma das respostas acima.

23) De acordo com o novo CPC a Fazenda Pública Municipal:

a) não pode ser intimada por meio eletrônico
b) só pode ser intimada pessoalmente.
c) no novo CPC a intimação por meio eletrônico somente é permitida para a Fazenda Pública.
d) só pode ser intimada por Oficial de Justiça.
e) não precisa ser intimada.

24) A Fazenda Pública em relação ao pedido de Penhora para garantir a Execução Fiscal:

a) pode pedir penhora de dinheiro pelo convênio Bacen-Jud.
b) não pode pedir penhora de valores
c) somente pode pedir penhora de imóveis.
d) não pode pedir penhora de veículos.
e) não pode pedir penhora de dinheiro, veículos e imóveis.

25) O princípio da legalidade encontra-se expressamente disposto em nossa Constituição Federal no seguinte artigo:

"Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

II - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei."

Desse modo:

a) nos termos no Art. 37 de nossa Carta Magna, o Princípio da Legalidade sob a ótica da Administração Pública, ao estabelecer que administrador público só poderá agir dentro daquilo que é previsto e autorizado por lei.
b) se não for proibido pode ser praticado pela Administração Pública.
c) o administrador dentro do princípio da discricionariedade pode elaborar atos em contrariedade à lei em prol do bem comum.
d) a Fazenda Pública deve fazer apenas o que Prefeito determina.
e) nenhuma das anteriores.